

PAP 2009–2010

Um novo plano para a agropecuária brasileira

Edílson Guimarães¹

Desde 1991, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) é lançado a cada ano-safra e traz informações sobre medidas do governo de apoio ao setor rural.

A crise financeira e econômica internacional revelou a força da agricultura brasileira, evidenciada pelo fato de a área plantada na safra 2008–2009 manter-se no mesmo patamar da safra anterior e pelo fato de a queda de produção decorrer principalmente das adversidades climáticas observadas na região Sul do País.

O desempenho histórico da agropecuária brasileira, especialmente nas últimas cinco safras, que atingiram níveis recordes de produção (144 milhões de toneladas) e de exportação (US\$ 71,8 bilhões), é uma conquista que lhe conferiu melhores condições de enfrentar a crise e aproveitar as oportunidades que advirão após sua superação.

Investindo em tecnologia, aumentando recursos para o crédito, ampliando as modalidades de financiamento para investimento e usteio, aperfeiçoando os instrumentos de apoio à comercialização e permitindo que cada vez mais produtores tenham acesso ao seguro rural, o governo federal tem-se empenhado nos últimos anos para intensificar o desenvolvimento do agronegócio, setor que responde por 27% do PIB. Não por acaso, a agropecuária brasileira teve um papel fundamental para que os efeitos da crise fossem atenuados no País.

Acompanhado com cuidado pelo governo, um novo ano-safra teve início em 1º de julho de 2009, marcando o começo de um ciclo que envolve a execução das medidas anunciadas e o trabalho dos produtores rurais. De várias maneiras, a evolução da cadeia produtiva é percebida também pela população urbana, que conta com um esquema eficiente de transmissão de seus efeitos positivos em toda a economia, contribuindo especialmente para o abastecimento do mercado interno e para a geração de divisas oriundas de exportações.

A cada plano de safra, o governo aperfeiçoa instrumentos de apoio ao crédito, à comercialização e ao seguro rural, incrementando medidas de infraestrutura e ações setoriais. A safra que chega ao fim neste final de junho mostrou que o setor rural se fortalece cada vez mais. A safra que se inicia conta com um orçamento de R\$ 107,5 bilhões – mais do que quadruplicando o valor de cinco anos atrás, seguindo uma tendência de aumento gradativo de crédito para o setor. Desse total, R\$ 92,5 bilhões apoiam a agricultura comercial e R\$ 15 bilhões destinam-se à agricultura familiar.

Acompanhando os sinais de recuperação da economia e respondendo à crise com medidas rápidas e eficientes, o governo tem adaptado sua política agrícola a novos desafios. Melhorar a relação entre o produtor rural e os agentes financeiros, sempre de modo a facilitar

¹ Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

e ampliar o acesso ao crédito rural é uma das novas metas para um futuro próximo.

A curto prazo, algumas dessas medidas já terão impacto nesta safra. O apoio ao médio produtor é uma das prioridades para 2009–2010. Por isso, o governo reforça o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural), aumentando o volume de recursos para R\$ 5 bilhões e modificando várias condições de acesso a esse recurso. Produtores com renda anual de até R\$ 500 mil poderão beneficiar-se do novo Proger Rural, contando com aumento dos limites de financiamento de custeio e investimento, além de crédito rotativo. Outra novidade importante é o direcionamento imediato de no mínimo 6% dos recursos obrigatórios dos depósitos à vista para o Proger.

Ainda em 2009–2010, o governo lança o Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap-Agro), para fortalecer o cooperativismo nacional, dando a associados e cooperativas a possibilidade de se habilitarem a novos créditos. O novo programa financia a integralização de cotas partes do capital social junto às cooperativas, diretamente pelos cooperados ou mediante repasse, para saneamento financeiro, capital de giro associado e investimento. São destinados R\$ 2 bilhões para esse programa. Outra medida que dá suporte ao cooperativismo é a destinação de R\$ 2 bilhões para o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), que visa aumentar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização.

O governo também preparou medidas que orientam com mais ênfase o desenvolvimento rumo à produção sustentável, em consonância com a responsabilidade ambiental e social que se consolidou nos últimos cinco anos no Brasil. Serão intensificadas ações para a recuperação de áreas degradadas e com baixa produtividade. Essas medidas envolvem a concessão de crédito e financiamento de custeio a produtores que

se integrem a uma política que inibe o desmatamento, a disseminação do uso do calcário agrícola como forma de corrigir o solo, potencializar a eficiência dos fertilizantes e evitar novos desflorestamentos e o estímulo cada vez mais reforçado à produção de orgânicos.

Tendo em vista a melhora da liquidez e a redução dos custos financeiros para o produtor rural, o governo criou linhas especiais de crédito e antecipou R\$ 12,31 bilhões, que são destinados ao financiamento de cooperativas, agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e a estocagem de etanol. Essa medida foi uma rápida resposta à crise financeira internacional, com o intuito de beneficiar o setor antes da vigência oficial do novo plano agrícola.

Outra medida do PAP 2009–2010, importante para a retomada dos investimentos no setor, foi a criação pelo governo de uma nova linha especial de financiamento que abrange variados setores, inclusive a agropecuária. A nova linha, anunciada na segunda semana de julho de 2009, financiará, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bens de capital e máquinas para produtores rurais, assim como disponibilizará R\$ 12 bilhões com taxa de juros de 4,5% ao ano e prazo de reembolso até dez anos.

No que concerne ao apoio à comercialização, a proposta no orçamento é de R\$ 5,2 bilhões – R\$ 2,3 bilhões para aquisições diretas e R\$ 2,9 bilhões para equalização de preços. Os reajustes dos preços de garantia dos produtos mais expressivos em âmbito nacional e amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) variaram entre 5,68% e 34,37%. Entre os principais produtos foram reajustados os preços da mandioca e seus derivados, do milho, do milho de pipoca, da soja, do arroz longo, do algodão em caroço, do caroço de algodão, do leite e do sorgo.

Entre os produtos de expressão regional, os reajustes chegaram a 64,75%, beneficiando produtores familiares ainda com menor organi-

zação comercial. Pela segunda vez, foi reforçada a proposta de garantia de preços para os produtos extrativos, fundamentais para a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento das comunidades tradicionais.

A safra que se inicia também se revela promissora quanto ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que, em menos de três anos de existência, assegurou o acesso efetivo ao seguro rural por parte dos produtores. O orçamento previsto para o PSR em 2009 é R\$ 182 milhões e o Mapa solicitou ao Congresso Nacional uma verba suplementar de R\$ 90 milhões, para atender integralmente à demanda apresentada pelas seguradoras. O montante de R\$ 272 milhões propiciará o atendimento a 90 mil produtores, na contratação de 100 mil apólices de seguro, garantindo capitais da ordem de R\$ 12,5 bilhões e cobertura securitária para 8,1 milhões de hectares, o que corresponde a 15% da área total da agricultura brasileira.

Outra iniciativa fundamental que vai incrementar o seguro rural no Brasil é o acordo entre o Mapa e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para reformular os estudos de produtividade nos municípios. Com a divulgação de um censo agropecuário especificamente sobre esse tema, classificando nos municípios várias faixas de produtividade, as seguradoras ofertarão produtos de seguro rural baseados em índices de produtividade mais próximos dos que são efetivamente obtidos pelos produtores.

Ainda no que diz respeito ao seguro rural, a expectativa é de que seja aprovado ainda em 2009 o Projeto de Lei 374/2008, que tramita no Congresso Nacional e prevê a criação de um fundo capaz de oferecer uma cobertura suplementar para seguradoras e resseguradoras no pagamento de parte dos sinistros decorrentes de eventos considerados catastróficos. A instituição desse Fundo de Catástrofe incentivará as seguradoras a aumentarem a oferta de produtos de seguro rural nas regiões de clima mais instável ou para aquelas culturas mais suscetíveis a eventos climáticos adversos.

O PAP 2009–2010 traz ainda medidas estruturais que contemplam um plano logístico de revitalização e diversificação da matriz brasileira de transportes que servirá para reduzir o custo da produção agrícola. Para agilizar as operações portuárias, está sendo desenvolvido um sistema informatizado de tratamento de dados e padronização das informações em todo o País.

Um novo Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras aperfeiçoa, a partir desta safra, a prestação do serviço de armazenagem no País. A partir de janeiro de 2010, somente as unidades armazenadoras devidamente certificadas poderão prestar serviços remunerados a terceiros.

Quanto ao Plano Nacional de Fertilizantes, em que o Mapa tem papel preponderante, a diminuição da dependência de matérias-primas importadas será alcançada com a busca de novas jazidas e o início da exploração de jazidas já avaliadas e conhecidas de fósforo e potássio.

Setores específicos como a fruticultura, a cafeicultura e a agroenergia também merecem uma atenção especial nesse novo plano, haja vista o potencial e a relevância econômica desses segmentos, não apenas em termos de demanda pelos mercados, mas também pela melhoria de renda das populações que se desenvolvem em torno dessas produções.

Para estimular a industrialização no setor frutícola, agregando valor e regularizando a oferta, está sendo proposta a criação da Linha Especial de Crédito (LEC) para maçã, pêssego, manga, goiaba, maracujá, abacaxi e seus derivados, produtos que têm forte demanda pelas indústrias de sucos e polpas.

O setor cafeeiro conta com R\$ 1,8 bilhão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), com linhas de financiamento de R\$ 200 milhões para custeio, R\$ 450 milhões para colheita, R\$ 460 milhões para estocagem e R\$ 400 milhões para Aquisição de Café (FAC). Serão ainda destinados R\$ 100 milhões para Cédula de Produto Rural (CPR) e R\$ 90 milhões para recuperação de lavouras de café atingidas

por chuva de granizo em 2008 e 2009, entre outras medidas. Para o setor de agroenergia, foram alocados R\$ 2,31 bilhões para financiar a estocagem de até 3,3 bilhões de litros de álcool, entre outras medidas que envolvem pesquisa e aumento da produção para atender à demanda.

Outra medida inovadora que responde aos anseios do setor e se afigura promissora foi a criação de oito postos de adidos agrícolas junto às representações do Brasil em Buenos Aires, Bruxelas, Genebra, Moscou, Pequim, Pretória, Tóquio e Washington. Trata-se de uma resposta para uma antiga demanda do setor agropecuário brasileiro, que tem sentido cada vez mais a necessidade de marcar presença em países que representam oportunidades comerciais impor-

tantes. Os adidos agrícolas brasileiros também terão oportunidade de influir positivamente junto a negociações de interesse para a agricultura brasileira e de ampliar as possibilidades de comércio e cooperação.

As medidas anunciadas no PAP 2009–2010 fazem parte de um processo contínuo de modernização dos instrumentos de política agrícola, adaptando-os às condições dos mercados interno e externo de produtos agropecuários e ao cenário macroeconômico nacional e internacional. Almeja-se, dessa forma, assegurar níveis adequados de apoio ao produtor rural e um marco institucional que contribuam eficazmente para o desenvolvimento sustentável do setor.